



<https://doi.org/10.20396/rbest.v5i00.18351>

RESENHA

Uma ampla revisita ao tema da informalidade estrutural na América Latina

Octavio Maza *

Livro resenhado

Véras de Oliveira, R., Varela, P., & Calderón, A. M. (Eds.) (2023).
Informalidad en America Latina: ¿Un debate actual?
San Vicente del Raspeig, ES: Universidad de Alicante.
ISBN: 978-84-1302-225-3.
<http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/134519>

* Universidad Autónoma de Aguascalientes (UAA), México.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3991-7751>

E-mail: Octavio.maza@edu.uaa.mx



Para começar, gostaria de dizer que se trata de uma obra monumental, com mais de 400 páginas, o que torna a resenha de uma obra deste gênero uma tarefa complexa. É um compromisso, aliás, devido à qualidade de todos os trabalhos. O livro **Informalidad en America Latina: ¿Un debate actual?** é editado por Roberto Véras de Oliveira, Paula Varela e Ana María Calderón, e coordenado pelo Departamento de Sociologia I da Universidade de Alicante. Faz parte do Projeto LatWork *Developing research and innovation capacities of Latin-American HEI for the analysis of informal labour market*. Nessa coletânea encontramos 15 capítulos de mais de 50 autores, nos quais o tema da informalidade é abordado de forma muito diversificada. O livro está dividido em duas partes. A primeira contém oito capítulos que buscam atualizar o debate teórico sobre essa temática. A segunda é formada por sete capítulos com abordagens que refletem os eixos temáticos do Projeto LatWork. Incluí notas para cada capítulo, por respeito ao trabalho dos autores, bem como pela variedade de temas apresentados.

Por outro lado, uma das perguntas que me coloco, em função dos leitores, é sobre as razões pelas quais o livro deve ser lido, para o que assumi três papéis: o de pesquisador, o de professor (que nos remete para a relação com os alunos) e o de público em geral ou de tomadores de decisão. Para quem faz pesquisa, podemos encontrar um trabalho enciclopédico de referências, com cruzamentos valiosos, onde se refletem os debates, o que é fundamental quando se faz investigação. Para a sala de aula, estamos perante uma obra que pode orientar os cursos em que o tema da informalidade tem de ser abordado, pois retrata historicamente os debates. Por fim, para os que tomam decisões, constatamos que a informalidade está presente no discurso político-administrativo e o simples fato de rever os primeiros capítulos deixa clara a relevância do conceito e a importância da compreensão do fenômeno.

2

Notas sobre os capítulos

O livro começa com o texto **La heterogeneidad de los mercados de trabajo en América Latina: reflexiones desde la comparación histórica** (Juan Pablo Pérez Sáinz), onde se discute o conteúdo histórico do conceito de heterogeneidade. Neste texto, reconhece-se a emergência da precariedade, problema que está no cerne da informalidade. São apresentadas algumas tendências, como o fato de os trabalhadores informais serem os que mais perdem rendimentos no mercado de trabalho. O texto reconhece a dimensão de gênero e constata que a crise do emprego formal é a crise do emprego masculino, dando lugar a uma informalidade predominantemente feminina. Outro fator que é destacado é a crise resultante da pandemia e, em particular, a necessidade de avaliar a forma como as pessoas regressam ao trabalho, ou seja, quem regressa ao trabalho e em que condições. O processo de precarização que se observa é o produto de uma perda de poder dos trabalhadores. Depois

de sugerir uma reflexão no nível concreto, o autor reconhece que existe uma tendência para a intermitência profissional, com passagens do formal para o informal e vice-versa.

O texto **Antiguas y nuevas formas de informalidad en América Latina: un recorrido conceptual** (Laís Abramo) revisa o conceito de informalidade sob a perspectiva da CEPAL e da OIT, o que permite reconhecê-la como um elemento estrutural do mercado de trabalho latino-americano. É um indicador que diminuiu no início dos anos 2000; posteriormente, desde 2015, seu declínio parou, o que é agravado pelas novas formas de trabalho desprotegido, como o emprego “zero hora” ou “*on demand*”, ou seja, não é só uma marca de ocupações tradicionais, mas também afeta as formas modernas. A CEPAL localiza o problema no setor de baixa produtividade em pequenos estabelecimentos. Com a ideia do mercado de trabalho como um “espaço de conexão” [*espacio bisagra*] que alimenta a desigualdade estrutural, onde os ganhos de produtividade são distribuídos, onde os empregos e os rendimentos são estratificados e onde o acesso à proteção social também é estratificado, mostra-se a relevância de abordar o mercado de trabalho como o ápice das condições sociais. A proposta cepalina consiste em aumentar a produtividade e promover sua generalização, o que envolve mudanças no emprego, na educação e no treinamento. O PREALC, na mesma linha de pensamento, enfatiza o excedente de mão de obra e a redução da criação de empregos, razão pela qual são os migrantes que não conseguem entrar no setor formal. O capítulo discute De Soto, que acredita que o problema é a regulamentação, pois a natureza das empresas é a mesma das empresas formais. Outra ideia mencionada é a das novas configurações da organização produtiva e do trabalho, que promovem de forma reiterada a passagem do trabalho formal para o informal.

Um dos elementos centrais do livro é o reconhecimento da intermitência e da mistura das condições de trabalho, que foi levantada nos documentos da OIT em 2002. Isso é o que permite o uso do conceito de “economia informal”, que reconhece essa configuração complexa do formal e do informal e se define como o “conjunto de actividades económicas desarrolladas por los trabajadores y las unidades económicas que, tanto en la legislación como en la práctica, están insuficientemente contempladas por sistemas formales o no lo están en absoluto” (OIT, 2002, p. 25). A partir dessa posição, é possível observar um *continuum* entre formal e informal, que contém extremos positivos e negativos, ao longo do qual o trabalho decente diminui. Esses debates da OIT deram origem ao estudo do estatuto jurídico de empregos como os de entregadores, constituindo uma questão fundamental para a análise, que é tratada extensivamente no livro.

No texto **La informalidad como forma de trabajo/empleo precario** (Julio Neffa), argumenta-se que o trabalho informal é um refúgio ou, em muitos casos, um lugar de espera até que surjam melhores oportunidades de emprego, situação que está relacionada à

falta de oportunidades. Também se argumenta que é um setor funcional, pois, entre outras coisas, permite a reprodução da força de trabalho e é, por assim dizer, útil para o modelo de acumulação. O autor retoma a discussão de Freyssinet (1976), em que é apresentado o conceito de “formas de organização das atividades econômicas”, que nos permite reconhecer que há contradições e complementaridades com a economia formal. Também é revisada a proposta de Portes et al. (1989), que incorporam a visão marxista, entendendo que se trata de um modelo de acumulação, cujo objetivo é se reproduzir, e ademais, que o autoemprego é uma relação de exploração que está oculta e que existem diferenças na forma de operar em cada país. Da mesma forma, de Lautier (2004) se extrai que os trabalhadores informais vivem em uma zona cinzenta entre o formal e o informal, mas, acima de tudo, estão fora do mercado formal e vivem lutando para sobreviver. Por sua vez, a partir de Salvia (2002) se relaciona a informalidade com a economia social como uma estratégia de luta.

Alguns mitos são quebrados, como a facilidade de entrada, devido às barreiras existentes (financeiras, raciais e de atributos), e uma diferença fundamental é assumida, que se refere ao fato de que as empresas capitalistas se orientam para a acumulação e as informais para a sobrevivência. Estas entram, assim, em um relacionamento que tem características de exploração. Os novos conceitos de informalidade (OIT, 2002) estão mais ligados à falta de proteção, ou seja, ao trabalho informal. Para Tokman (1990; 2004), ao incluir o precário, configura-se um grupo muito heterogêneo que reflete a complexidade do mundo do trabalho. Finalmente, o autor apresenta um estudo sobre o caso da Argentina, a fim de ilustrar o que foi discutido anteriormente, mostrando que a informalidade não é a exceção, mas a regra.

O capítulo **Percepción actual de la informalidad a nivel sudamericano** (Marcio Pochmann) faz uma leitura do mundo do trabalho na América do Sul, considerando o novo momento e sua relação com a tecnologia, por meio de uma profunda revisão histórica que mostra que a informalidade é a regra; e alerta sobre o equívoco de não se contemplar as especificidades regionais. Nesse processo histórico, destacam-se as lutas anti-imperialistas, mas também a chegada e o predomínio da globalização e, com ela, o desmantelamento do Estado e das proteções trabalhistas. Uma questão relevante indicada é que o debate centrado na mensuração da informalidade mascara a realidade sul-americana.

No texto intitulado **El problema de la informalidad ocupacional en la periferia del capitalismo** (Paulo Baltar & Marcelo Manzano), como nos anteriores, menciona-se o crescimento desregulado do trabalho digital e desenvolve-se a tese de que a realidade latino-americana, por si só, representa um questionamento ao sistema. Seguindo os autores, afirma-se que na proposta da OIT não há diferença entre uma ocupação no setor informal e uma unidade produtiva formal, de onde se conclui que a diferença entre esses tipos de unidades produtivas é “uma lógica de comportamento”, ou seja, não se limita ao legal. A informalidade

tem uma flexibilidade que permite que ela surja e desapareça de acordo com as condições do mercado. A solução observada é uma maior intervenção do Estado, fornecendo alternativas para o problema estrutural.

O domicílio é um espaço que se torna uma unidade econômica, portanto, essa atividade deve ser regulamentada, e não apenas aquela que é especificamente definida como trabalho. Uma contribuição que vale a pena ponderar é a relação com as normas existentes na América Latina, pois esse é um dos elementos que faz todo o mercado de trabalho ser afetado.

O capítulo **Trabajo e informalidad en las relaciones Norte-Sur: un estudio sobre los países Ibéricos y América Latina** (Elisio Estanque & Víctor Climent) analisa as formas de colaboração entre os países ibéricos e sul-americanos. Para observar as mudanças no mercado de trabalho na crise da Covid-19, parte-se da premissa de que a informalidade e a precariedade estão aumentando juntamente com o aumento do trabalho tecnológico. São analisados os empregos de alta tecnologia e a forma como eles afetam o emprego, detectando um deslocamento do emprego para o setor informal, mesmo nessas áreas. Trata-se de uma proposta que apresenta alguns dados e procura encontrar maneiras pelas quais a colaboração entre pesquisadores possa apresentar soluções para problemas fundamentais dos países.

O capítulo **Alta economía informal: ¿Un destino manifiesto para Brasil?** (Maria Cristina Cacciamali) parte da descrição dos interstícios ocupados pelo trabalho informal, que é predominantemente feminino, onde está inserida a maioria das pessoas que trabalham em casa sem remuneração. Por meio da abordagem da economia intersticial subordinada, entende-se que os oligopólios tendem a destruir a economia. O conceito de economia subdeclarada – que afeta a sociedade como um todo ao reduzir o pagamento de impostos e a legitimidade do Estado, entre outras coisas – abre as portas para o crime, reduz a coesão social e prejudica as possibilidades de equidade. Recomenda um ambiente macroeconômico estável, regras previsíveis e políticas públicas claras e adequadas para reduzi-la. Em resumo, são propostas formas mais amplas de controle estatal, incluindo o controle dos fluxos de capital.

Efectos del salario mínimo en la dinámica del empleo formal e informal en Brasil (Adalberto Cardoso) debate os riscos do aumento do salário mínimo legal, o que significa uma valorização do trabalho. O autor confronta abertamente os argumentos contra uma melhor remuneração para os trabalhadores com argumentos tão ruins quanto os apresentados pelo governo Bolsonaro de que era muito para quem pagava. O capítulo mostra que o aumento dos salários não é inflacionário; a hipótese subjacente é que o salário mínimo em um emprego formal é preferível a poder ganhar mais na informalidade, desde que o salário formal seja aumentado. Ou seja, qualquer aumento nos salários produz um aumento na formalidade, o que já é uma vantagem macroeconômica; a isso se soma o aumento geral dos

salários. O véu dos efeitos perversos do aumento do salário mínimo é retirado, com dados e evidências, para mostrar a necessidade e a urgência dessa valorização.

Na Parte 2 do livro, cada capítulo possui vários autores e autoras envolvidos com o respectivo eixo temático. Para facilitar a leitura, mencionarei apenas o nome do primeiro autor ou autora (entre parêntesis).

O capítulo intitulado **Informalidad laboral: estructura económica, modelos de desarrollo y tendencias recientes** (José Dari Krein et al.) explica a ideia de que a informalidade é um problema estrutural, exacerbado por falta de desenvolvimento tecnológico. Analisa as novas relações entre o capitalismo digital e as tecnologias, bem como o trabalho de baixa qualificação que se espalha pelo planeta. Mostra-nos classificações do trabalho em plataformas digitais e como as novas tecnologias afetam o futuro do trabalho, sob a premissa de que o trabalho em plataformas enfraquece os trabalhadores, apesar das tentativas de novas articulações sindicais.

A análise da América Latina e de sua configuração heterogênea, com um forte componente de informalidade, por meio de cortes temporais, nos permite ver que entre 1940 e 1980 havia a possibilidade, ou melhor, havia a esperança de industrialização. Mas é a partir de 1980 que a crise da dívida se manifesta e passa a predominar o neoliberalismo. Por fim, fica muito claro que a informalidade está relacionada à estrutura produtiva de bens e serviços e às relações de poder, dimensão que havia sido pouco analisada no texto.

No capítulo **La informalidad en Latino América desde varias perspectivas** (Roberto Vêras de Oliveira et al.) é feita uma revisão teórica analítica, comentada, que permite mostrar os debates que deram origem a visões mais complexas e ajustadas sobre a informalidade. O detalhamento do estudo de Hernando de Soto (1986) é muito importante porque nos permite entender a transcendência do debate travado. Eles também analisam a proposta de Porters (1995), que ressalta as diferenças na forma como a produção é realizada. Ele mostra várias formas de produção informal, o que leva a um debate sobre classes sociais, em particular à localização do proletariado informal. Eles analisam a proposta de Pérez Sáinz (1998), que mostra a complexidade dos fenômenos sociais que acompanham a informalidade. Em resumo, é um guia muito bom. Também aborda a questão da sobrevivência e a relação com o trabalho em domicílio, e as desigualdades sob a perspectiva da informalidade e das trajetórias de trabalho na informalidade.

La informalidad en el trabajo de las mujeres en América Latina (Paula Varela et al.) é um capítulo que nos ensina a impossibilidade de estudar a informalidade sem levar em conta a perspectiva de gênero. Menciona-se o fato de que os movimentos feministas tornaram obrigatória a análise da questão das mulheres na informalidade, e retoma-se o

enfoque de Chen (2012; 2020), que aborda a dualidade formal-informal e sua ineficácia. Mas não só isso, pois é ressaltada a importância de estudar os modelos convencionais de família e é sugerida a inclusão da interseccionalidade nesses estudos; ou seja, não se trata apenas de falar de gênero, mas também considerar a raça/etnia e a faixa etária.

Um dos aspectos centrais do estudo das mulheres e da economia popular é a articulação entre sobrevivência e economia social, bem como a abordagem da teoria da reprodução social, que nos permite entrar em um debate fundamental, revendo as condições em que se desenvolve o trabalho das mulheres, mas também as condições nas quais se articulam a produção e a reprodução a partir de uma perspectiva muito rica. O texto revisa dados sobre a informalidade por país a partir de uma perspectiva de gênero. Os autores apontam a necessidade de analisar a “feminização” da informalidade, assim como da pobreza econômica e da escassez de tempo. Uma contribuição que considero muito valiosa é a crítica às políticas públicas de apoio, que acabam por ser individualizantes.

O capítulo intitulado **Nuevos debates sobre informalidad y plataformas de trabajo en América Latina: cuestiones abiertas para el siglo XXI** (Ana María Calderón et al.) trata de um tema muito atual, utilizando o conceito de “neoinformalidade” de Pérez Sáinz (1996) e aproveitando os cenários apresentados por vários autores para expor sua evidente complexidade. Em especial, Krein e Proni (2010) para analisar as formas de inserção ocupacional por meio da nova informalidade, que se caracteriza pela incorporação informal em segmentos formais. A compreensão dessas novas formas de trabalho destaca o controle algorítmico do trabalho, que se soma às formas anteriores de precariedade.

Perspectivas sobre la economía social y solidaria: miradas desde América Latina (Thelma Santos et al.) aborda esse polêmico termo, “economia social e solidária”, que inclui a autogestão e a organização de setores populares, bem como os seus impactos no desenvolvimento local e mesmo nacional. O capítulo mostra os benefícios da ESS, gerando novas formas de sociabilidade, avanços nas estratégias de sobrevivência, inclusive se distanciando dos poderes do capitalismo. São apresentadas análises de estudos de caso específicos: de catadores de lixo e fábricas recuperadas, seguidas por relatos de experiências na Argentina e no Brasil. Conclui-se com a premissa fundamental de que a ESS coloca as pessoas e a sustentabilidade no centro do debate.

O capítulo intitulado **Desigualdad y dinámicas de inclusión y exclusión social** (Álvaro Vargas Riquelme et al.) parte das definições de desigualdade para analisar os casos do Brasil e do Chile, e constrói uma argumentação baseada na tese de que o trabalho informal é um fator de desigualdade, pois implica a redução de direitos. No caso chileno, vemos como a questão vem sendo analisada pelo meio acadêmico e as mudanças na sua mensuração, bem

como o fato de que mulheres, idosos e povos originários são os que predominam nesse tipo de ocupação. Uma das teses desse texto é que a educação afasta as pessoas da informalidade, pois geralmente esta se concentra em serviços, operações elementares e artesanato. No caso do Brasil, é abordado o tema das pessoas com deficiência, que passou a ser considerado como um assunto muito importante.

Por fim, **Regulación y políticas públicas de tránsito a la formalización** (José Dari Krein et al.) propõe a formulação de políticas públicas que ajudem a resolver o problema da informalidade. Uma virtude desse capítulo é seu diálogo com os precedentes, assim como a apresentação de uma revisão histórica das políticas públicas contra a informalidade. Os autores mostram que o processo de flexibilização deixou o empregador livre para definir as condições de emprego, de modo que a desregulamentação foi um elemento que aumentou a informalidade. Uma conclusão fundamental é a reivindicação de uma ação decisiva e vigorosa do Estado para resolver esse problema. Isso ficou particularmente evidente no período da pandemia, no qual os trabalhadores mais vulneráveis ficaram desprotegidos. Em suma, são necessários: o crescimento econômico, o desenvolvimento de uma cultura tributária e regimes simplificados. Mas, sendo mais específico, o desafio é colocar o bem-estar coletivo no centro.

Considerações finais

8

Concluindo, gostaria de insistir que este é um livro fundamental para tomadores de decisão e autoridades governamentais, para coletivos de trabalhadores e até mesmo para empresas, pois saber o que está por trás da informalidade permite uma melhor compreensão de vários fenômenos sociais. Após a leitura desta coletânea de estudos, fica claro o que é a informalidade e o quanto ela é relevante para o momento atual, basta que se considerem os grandes segmentos da população que têm sido submetidos a situações de empobrecimento decorrentes dessa condição.

Referências

Chen, M. A. (2012). The informal economy: Definitions, theories and policies. [WIEGO Working Paper n. 1], Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing. https://www.wiego.org/sites/default/files/publications/files/Chen_WIEGO_WP1.pdf

Chen, M. A. (2020). WIEGO research on informal employment: Key methods, variables and findings. In M. Chen, & F. Carré (Eds.), *The informal economy revisited: Examining the past, envisioning the future* (pp. 67-76). Routledge.

De Soto, H. (1986). *Otro sendero: la revolución informal*. Editorial El Barranco.

Freyssinet, J. (1976). *Methodes d'analyse des structure d'emploi en économies sous développés*. IREP, Universidad de Grenoble II.

Krein, J. D., & Proni, M. W. (2010). Economia informal: aspectos conceituais e teóricos. [Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho n. 4], Escritório da OIT no Brasil. https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_227055/lang--pt/index.htm

Lautier, B. (2004). *Le secteur informel* (Col. Répères). La Decouverte.

Organización Internacional del Trabajo (OIT) (2002). Resolución relativa al trabajo decente y la economía informal. *90ª Reunión de la Conferencia Internacional del Trabajo*. <https://www.ilo.org/public/spanish/standards/relm/ilc/ilc90/pdf/pr-25res.pdf>

Pérez Sáinz, J. P. (1996). *Neoinformalidad en Centroamérica*. FLACSO.

Pérez Sáinz, J. P. (1998). ¿Es necesario aún el concepto de informalidad? *Revista Perfiles Latinoamericanos*, 7(13), 55–71. <https://perfilesla.flacso.edu.mx/index.php/perfilesla/article/view/370>

Portes, A. (1995). *En torno a la informalidad: ensayos sobre teoría y medición de la economía no regulada*. FLACSO.

Portes, A., Castells, M., & Benton, L. (1989). *The informal economy*. Johns Hopkins University Press.

Salvia, A. (2002). Segmentación de la estructura social del trabajo: El problema, debate y alternativas. *Revista Lavboratorio*, (8).

Tokman, V. (1990). *Mas allá de la regulación: el sector informal en América Latina*. PREALC.

Tokman, V. (2004). *Una voz en el camino: Empleo y equidad en América Latina, 40 años de búsqueda*. Fondo de Cultura Económica.

Recebido em 21 de agosto de 2023.

Aprovado em 2 de setembro de 2023.